



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS
SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

**A ATUAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDO DAS RELAÇÕES DE
TRABALHO E DESIGUALDADES – CEERT E A INSTITUIÇÃO DO PRÊMIO
EDUCAR PARA A IGUALDADE RACIAL NO CONTEXTO DA LEI
10.639/2003 INSPIRANDO PRÁTICAS EDUCATIVAS ANTIRRACISTAS.**

Sueli Alves dos Santos.

São Paulo

2019



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS
SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

**A ATUAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDO DAS RELAÇÕES DE
TRABALHO E DESIGUALDADES – CEERT E A INSTITUIÇÃO DO PRÊMIO
EDUCAR PARA A IGUALDADE RACIAL NO CONTEXTO DA LEI
10.639/2003 INSPIRANDO PRÁTICAS EDUCATIVAS ANTIRRACISTAS.**

Sueli Alves dos Santos.

**Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito
parcial para obtenção do
Título de Especialista
Educação e Relações Etnicorraciais
Orientadora: Profa. Mestre Eliete Edwiges Barbosa.**

**São Paulo
2019**

RESUMO

Este artigo é uma reflexão sobre os impactos do “Prêmio Educar para a Igualdade Racial” e as atividades que podem ser desenvolvidas no espaço escolar como práticas efetivas na aplicação da lei 10639/03 frente ao racismo institucional enquanto fenômeno social econômico e social na sociedade brasileira que o torna estrutural. Desta forma, o prêmio Educar para a Igualdade Racial pode ser visto como um exemplo a ser seguido pelas esferas governamentais em suas políticas públicas no sentido da aplicação efetiva da Lei 10.639/03. Um exemplo inspirador para elaboração de políticas públicas em níveis municipais, estaduais e federal

Palavras chaves: racismo estrutural, práticas educativas, desigualdade, educação antirracista.

RESUMEN

Este artículo es una reflexión sobre los impactos del "Premio Educar para la Igualdad Racial" y las actividades que pueden ser desarrolladas en el espacio escolar como prácticas efectivas en la aplicación de la ley 10639/03 frente al racismo institucional como fenómeno social económico y social en la sociedad brasileña que lo hace estructural. De esta forma, el premio Educar para la Igualdad Racial puede ser visto como un ejemplo a ser seguido por las esferas gubernamentales en sus políticas públicas en el sentido de la aplicación efectiva de la ley 10639/03. Un ejemplo a imitar por políticas públicas a nivel municipal, estatal y federal

Palabras claves: racismo estructural, prácticas educativas, desigualdad, educación antirracista.

ABSTRACT

This article is a reflection on the impacts of the "Educating for Racial Equality Award " and the activities that can be developed in the school space as effective practices in the application of the law 10639/03 facing institutional racism as a social and economic social phenomenon in the Brazilian society that makes it structural. In this way, the Prize Educate for Racial Equality can be seen as an example to be followed by the governmental spheres in its public policies towards the effective application of the law 10639/03. An example to be emulated by public policies at the municipal, state and federal levels

Key words: structural racism, educational practices, inequality, antiracist education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

3. MAROS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

4. APRESENTAÇÃO DO CEERT

5. APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

ANEXOS

ENTREVISTAS

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma reflexão sobre a importância e os impactos do “Prêmio Educar para a Igualdade Racial” nas práticas educativas e didáticas desenvolvidas em sala de aula. Diante da complexidade do racismo como fenômeno cultural, social, econômico e político na sociedade brasileira, que faz com que o racismo em nossa sociedade seja estrutural, nos interessa sobremaneira investigar estratégias educativas que propiciem mudanças nas percepções e mecanismos cognitivos de compreensão da diversidade humana e cultural presente em nossa sociedade desde a constituição do nosso território em um país.

Foram pesquisados importantes estudos sobre a desigualdade racial e a educação no Brasil, essa revisão bibliográfica nos leva a enfatizar a importância do Prêmio “Educar para Igualdade Racial” para a consolidação das lutas e reivindicações políticas, sociais e econômicas que estavam e permanecem presentes na pauta dos movimentos negros e sociais que lutam para que a sociedade brasileira supere o desafio de diminuir os altos índices de desigualdade social e econômica que impõe a exclusão e marginalização de um grande contingente da população negra que não tem garantidas condições dignas de vida, tampouco de acesso a direitos fundamentais como educação, saúde e lazer.

Elaborado em 2002, o prêmio faz parte do Programa de Educação do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, organização negra criada em 1990 com a missão de pesquisar e atuar nas relações de trabalho interseccionada pela questão racial, gradualmente o CEERT vai ampliando sua atuação para a área de educação e para a questão de gênero também.

Estatísticas demonstram números preocupantes sobre o acesso, permanência e sucesso quando as categorias de cor/raça são mensuradas nos diferentes níveis do sistema público de ensino no Brasil.

2. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Na obra **Dialética Radical do Brasil Negro**, Clóvis Moura elabora uma análise extremamente contundente de como o racismo esteve presente na origem da formação do capitalismo brasileiro, não sendo superado com o desenvolvimento do capitalismo em nossa sociedade, configurando um contexto em que a luta antirracista e luta de classes se articulam reciprocamente. Ressaltamos que a análise que o autor faz da transição do Escravismo Tardio para o Capitalismo, que se desenvolveu especificamente no caso brasileiro, articulando e mantendo estruturas arcaicas, construídas com base nas riquezas acumuladas com o Escravismo Moderno, tendo como protagonista a mesma classe social (dos senhores) que escravizou os africanos. Desta forma o autor afirma “... os escravos ficaram excluídos desse processo de mobilidade social, bloqueados pela sua condição de cor e classe e por isto mesmo impossibilitados de competir nesse processo de modernização na área do trabalho...” (MOURA, 2014, p.105), o autor ainda nos esclarece que o impedimento a mobilidade social resultante de uma política programada nos níveis ideológico e econômico, através da política de branqueamento da população que favoreceu a imigração com mecanismos seletores e discriminatórios atuou no setor agrário do país fazendo que toda a parcela da população brasileira formada por negros, mulatos, mamelucos e não brancos no geral fossem relegadas aos espaços marginais da estrutura agrária.

No processo de modernização da economia brasileira houve uma intersecção fundamentalmente importante dos níveis ideológicos e políticos, portanto a ideologia do branqueamento da população que favoreceu uma corrente migratória para o Brasil que por razões raciais teve através da estrutura política de elaboração e aprovação de leis, garantia a possibilidade concreta aos imigrantes de conseguirem serem proprietários no Brasil.

Como nos diz Clóvis Moura (2014, p.147 -152)

O Brasil arcaico preservou os seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas dinâmicas do imperialismo (...), sendo que as elites agrárias conseguiram nesse processo de transição sem mudança social, reordenar seus interesses e os níveis de prestígio, bem como seus privilégios que poderiam ser ameaçados (...).

A partir das análises dos processos históricos da modernização da sociedade brasileira, que manteve mecanismos de discriminação, exclusão e marginalização da população negra através

de mecanismos e artifícios ideológicos, legais, econômicos, o racismo estrutural¹ foi e é ainda um elemento marcante na sociedade brasileira, razão pela qual historicamente a questão racial foi silenciada nos processos educativos brasileiros.

Esta ausência histórica das questões raciais na educação brasileira foi resultado da ideologia do mito democracia racial que durante muitos anos dissimulou ideologicamente a extrema violência simbólica, cultural, social, política, econômica e humana a que era submetida à população negra e afro-brasileira no geral. Nos anos 30 com o esforço político do Estado Novo Vargas elementos da cultura afro-brasileira essencialmente negra, tais como o samba, futebol, feijoada são utilizados como elementos de identidade nacional brasileira.

Elementos ideológicos como a “cordialidade do brasileiro” caíam bem para aplacar a consciência de uma elite extremamente predatória, violenta e racista que não abriu e nem abre mão dos seus privilégios em favor da construção de um país com menos desigualdades.

Afirmção esta corroborada por vasta produção acadêmica sobre a dificuldade de que a educação seja efetivamente um direito da população negra, uma vez que os princípios e diretrizes educacionais como o acesso e permanência na escola não são atendidos, pois as estatísticas revelam o alto índice de retenção, abandono e baixos índices de escolaridade entre a população pobre e negra.

“... As desigualdades sociais são reforçadas na educação. A taxa de analfabetismo é 11,2% entre os pretos; 11,1% entre os pardos; e, 5% entre os brancos. Até os 14 anos, as taxas de frequência escolar têm pequenas variações entre as populações, o acesso é semelhante à escola. No entanto, a partir dos 15 anos, as diferenças ficam maiores. Enquanto, entre os brancos, 70,7% dos adolescentes de 15 a 17 anos estão no ensino médio, etapa adequada à idade, entre os pretos esse índice cai para 55,5% e entre os pardos, 55,3%.

No terceiro ano do ensino médio, no final da educação básica, a diferença aumenta: 38% dos brancos; 21% dos pardos; e, 20,3% dos pretos têm o aprendizado adequado em português. Em matemática, 15,1% dos brancos; 5,8% dos pardos e 4,3% dos pretos têm o aprendizado adequado... ”²

Como estratégia para desvelar a extrema violência simbólica e concreta a que são submetidos a população negra no Brasil, o movimento negro teve importantes vitórias com o marco legal da Constituição de 1988 e com a promulgação da Lei 10.639/2003, na medida em que a

¹ Almeida, Silvio. Racismo Estrutural. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=PD4Ew5DIGrU/>>. Acesso em: 12/02/2019.

² Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/educacao-reforca-desigualdades-entre-brancos-e-negros-diz-estudo>>. Acessado em 12/12/2018.

educação é um elemento essencial para a superação das seqüelas deixadas pela racismo estrutural no qual foram e são em muitos aspectos alicerçados as relações sociais no Brasil contemporâneo.

Razões pelas quais nos interessa a pesquisa sobre a ação do Prêmio Educar para Igualdade Racial e seus impactos e desdobramentos nas práticas educativas desenvolvidas por educadores inspirados pela Lei 10.639/2003, analisando as práticas premiadas nos anos de 2002 (criação do prêmio) e do ano de 2013, ano marco quando se completou 10 anos da promulgação da Lei, nesse escopo de tempo quais foram os recursos didático-metodológicos adotados por professores e professoras no enfrentamento de questões ligadas ao silenciamento das questões raciais que ainda hoje persistem num currículo que se revela colonizado na medida em que ainda é reprodutor de conhecimentos e saberes hegemônicos que reforçam estereótipos, preconceitos, onde a presença e importância da cultura afro-brasileira e indígena é relegado a um segundo plano, quando não é em muitos casos omitido dos nossos alunos e alunas. Tal como emanado pelo princípio legal:

“...O conteúdo programático dos currículos escolares incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil...”³

“... O acesso à educação é geralmente apresentado pelos estudiosos como um dos principais fatores associados ao alcance de melhores oportunidades no mercado de trabalho e, conseqüentemente, um melhor rendimento. Para um grande contingente da população, o aumento da escolaridade é visto como o principal caminho de mobilidade social ascendente dos indivíduos. Diante deste quadro, ganha ainda mais importância a análise das oportunidades educacionais de brancos e negros no Brasil, e, principalmente, sobre a relação entre este desempenho e a alocação dos dois grupos no mercado de trabalho, como veremos mais adiante. Uma primeira constatação é a baixa escolaridade da população brasileira como um todo, já que a média do país é de apenas 5,7 anos de estudo. Supondo que não haja repetência, isto equivaleria apenas à conclusão da 5ª série do ensino básico. Outro aspecto a se levar em conta é a diferença

³ LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

em termos de anos de estudo entre negros e brancos. Estes últimos possuem em média dois anos de estudo a mais do que os negros...”⁴

3. MARCOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

Contudo, segundo a pesquisa de Bernard Lahire, presente na obra do professor Ivan Poli **Pedagogia dos Orixás**⁵ mostrou que há razões improváveis do sucesso escolar em meios populares em geral e que esses fatores geralmente estão ligados a três características familiares ou no convívio social dos alunos.

1 – A boa base e estrutura afetiva familiar

2- A referência de escolaridade de, ao menos, um dos membros da família

3 – A mais importante que é a afirmação cultural e identitária.

Na sua pesquisa de campo na Bahia, Poli (2015) visitou escolas que ficavam dentro e fora de terreiros que tratavam ou não da temática dos mitos africanos e nessa pesquisa comprovou que as escolas que tratavam dos mitos africanos (que eram as que ficavam dentro de terreiros) eram as que mais valorizavam os fatores de afirmação identitárias e culturais dos alunos e que, portanto onde tinham maior sucesso escolar improvável, vencendo as barreiras do fracasso escolar.

Segundo Poli (2015), o prêmio do CEERT por investir em práticas que valorizam a afirmação identitária e cultural dos alunos e ir contra o sistema da Violência Simbólica é um estímulo para esse sucesso escolar improvável entre alunos negros, colocados à margem do sistema de ensino como aqueles que estão fadados ao fracasso escolar. De acordo com os apontamentos de Lahire (1996, p.201), discutidos por Poli (2015, p.18), temos como determinante no fracasso ou sucesso escolar dos alunos:

“(...) a afirmação cultural e identitária dos familiares em relação ao arbitrário cultural que é a cultura escolar e por consequência, o estímulo que dão à criança no sentido destas mesmas afirmações (culturais e identitárias). No trecho abaixo Lahire expõe claramente qual é esta relação, segundo sua pesquisa:

Os adultos da família, às vezes, vivem numa relação humilde com a cultura escolar e com as instituições legítimas e podem transmitir à criança seu próprio sentimento de indignidade cultural ou de incompetência. Mas ao contrário, podem comunicar o

⁴ HENRIGER, ROSANA. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas pública, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v18s0/13793.pdf>>. Acesso em: 20/02/2019.

⁵ POLI, Ivan da Silva. Pedagogia dos Orixás. São Paulo. Ed Terceira Margem. 2015

sentimento de orgulho que experimentam diante dos bons resultados escolares da criança, apesar da distância que os separa do mundo escolar (...). A herança familiar é, pois, também uma questão de sentimentos (de segurança ou insegurança, de dúvida de si ou de confiança em si, de indignidade ou de orgulho, de modéstia ou de arrogância, de privação ou de domínio (...)) e a influência na escolaridade das crianças da “transmissão de sentimentos” é importante uma vez que sabemos que as relações sociais, pelas múltiplas injunções preditivas que engendram, são produtoras de efeitos de crenças individuais bem reais...”

Desta forma, é colocada a relação dos adultos com a cultura escolar como determinante no desempenho de seus filhos nessa mesma escola, assim como as relações sociais. Em uma realidade escolar na qual as crianças não são reconhecidas culturalmente seu fracasso pode ser eminente e isto pode ser inclusive transmitido pelos pais. Daí se tira que para se reverter esse ciclo de Violência Simbólica o autor coloca como determinante o reconhecimento cultural e identitário destas crianças no espaço escolar.

Ainda sobre a discussão de Poli (2015) sobre as pesquisas de Larihe (1996), temos três exemplos dessa situação:

O primeiro caso trata de uma família de origem portuguesa cujos progenitores sofrem de um sentimento de inferioridade cultural, dada sua origem, em uma França, onde o padrão normativo da língua francesa os exclui e marginaliza em sua cultura de origem. Fato para o qual eles não buscam alternativas, não reagem, ou seja, não afirmam sua cultura e sua identidade perante a comunidade. Desta forma, permite que seu filho se submeta à opressão cultural do arbitrário cultural inculcado pelo meio escolar, o que se transforma em motivo de fracasso escolar, sobretudo no que se refere à apropriação do padrão normativo da linguagem (fator de opressão) pelo filho (...)

Nos dois casos seguintes, duas famílias de origem árabe que além de oferecerem uma sólida estrutura de valores morais baseada em suas culturas de origem, pelo menos um dos responsáveis passou por algum processo de escolarização, e de apropriação da linguagem em suas culturas de origem. Ao contrário do primeiro caso, afirmam sua cultura e identidades perante seus filhos, encorajando-os a ter o mesmo tipo de comportamento. Dessa forma, resistem à inculcação do arbitrário cultural da classe dominante, impedindo que marginalizem suas culturas ou percam suas referências de origem, base de suas constituições identitárias. Nestas famílias os filhos têm os

melhores resultados no exame nacional entre os alunos dos meios populares (e mesmo entre os alunos que participam do exame). (POLI, 2015, p.19)

Neste trecho vemos mais uma vez a importância da prevalência da cultura e identidades próprias dos alunos frente ao sistema de Violência Simbólica que se impõe aos alunos no espaço de homogeneização escolar que ao não reconhecer essas particularidades leva os alunos à situação de fracasso escolar ao tentar inculcar o arbitrário cultural da cultura e da linguagem da classe dominante (hegemônica) e, no mesmo âmbito, vemos que iniciativas como o prêmio Educar para a Igualdade Racial e de Gênero do CEERT que buscam reconhecer culturalmente estes alunos negros em seu espaço escolar quebram essa lógica e incentivam a resistência cultural e identitária desses alunos nesse espaço hostil e de homogeneização cultural que é a Escola.

O CEERT ao criar uma premiação para as iniciativas que reconhecem o capital simbólico próprio aos alunos negros que oportunizam um conhecimento que empodera esses alunos, permitindo que os mesmos construam conhecimento crítico que lhes permite resistir de forma consciente, crítica e criativa à homogeneização cultural afirmando sua identidade e cultura próprias e ao invés de inculcar o arbitrário cultural anulando os fatores próprios a identidade dos alunos os leva a ao contrário a assimilar o arbitrário cultural através do enriquecimento deste seu capital simbólico de origem evitando sua posição de marginalização social e criando mesmo um novo espaço cultural onde este capital simbólico e afirmação identitária e cultural se fazem predominantes.

Poli (2015) cita ainda sua experiência no primeiro lugar do mundo onde ocorreu ação afirmativa que é a Fundação Ramakrishna na Índia, na qual a linguagem do arbitrário cultural (O inglês, no caso) era assimilado a partir da linguagem local de origem e não inculcado como temos o exemplo de nossas escolas de inglês no Brasil anulando a identidade nacional.

A partir do primeiramente reconhecimento do próprio universo simbólico e o enriquecimento do mesmo são assimiladas outras culturas e não inculcadas ou violentando esse universo simbólico de origem. O autor cita os casos:

“Nos três casos, (Os dois de Lahire e o observado na Fundação Ramakrishna”) onde ocorre a afirmação identitária e cultural no processo de apropriação da variante normativa da linguagem, dá se uma ampliação do universo simbólico por meio da reafirmação da cultura de origem dos indivíduos em questão. De forma que, ao mesmo tempo em que lhe reafirma a identidade, a ampliação e enriquecimento lingüístico possibilitam aos alunos dominar códigos da variante normativa estudada.

Dessa forma, este processo de apropriação da variante normativa da língua ocorre ao contrário do que afirma Bourdieu, sem que o habitus lingüístico destes indivíduos seja marginalizado. Ao contrário, concorre para o enriquecimento e a reafirmação de suas próprias referências de origem. (POLI, 2015, p.20) ”

Neste caso temos que a CEERT ao premiar iniciativas que privilegiem a afirmação identitária e cultural dos alunos trabalha no sentido do enriquecimento de seu universo simbólico de origem pela sua não marginalização concorrendo ao contrário para o enriquecimento deste universo e o reconhecimento deste universo como auxiliar no processo de assimilação do capital simbólico escolar trabalhando assim no sentido contrário do sistema de inculcação deste arbitrário que trabalha no sentido de levar a população negra ao fracasso escolar.

Iniciativas assim como a da CEERT não são o todo, são partes, mas são essenciais no processo de quebra da reprodução de relações culturais que por sua vez, segundo Bourdieu⁶ reproduzem relações sociais.

APRESENTAÇÃO DO CEERT

O CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades é uma organização não governamental apartidária e sem fins lucrativos. Criado em 1990, com o objetivo de conjugar produção de conhecimento com programas de intervenção no campo das relações raciais e de gênero, visando à promoção da igualdade de oportunidades e tratamento e o exercício efetivo da cidadania. Atualmente os principais programas desenvolvidos pelo CEERT são nas áreas de políticas públicas, direito e relações raciais, educação, saúde, diversidade no trabalho, liberdade de crença e combate a intolerância religiosa, áreas em que é possível constatar a extrema desigualdade social, econômica e política a que estão submetidas à população negra e afro-brasileira em razão do racismo estrutural vigente na sociedade brasileira.

É interessante perceber a formação do CEERT a partir das percepções profissionais e afetivas de uma das funcionárias da Entidade:

“... O CEERT nasce em 1990 com a proposta de trabalhar gênero e raça no mercado de trabalho, principalmente junto aos movimentos sindicais, junto as centrais sindicais, aonde o CEERT vai olhando os dados estatísticos nas relações de trabalho, observando as desigualdades nas relações de trabalho

⁶ BOURDIEU, Pierre. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis, Vozes, 2010.

impostas ao homem negro e a mulher negra, vai avançando nisso, faz a denúncia da Comissão 111, que diz que não pode haver discriminação nas relações de trabalho, o CEERT junto com as Centrais Sindicais denuncia o Brasil na ONU, pois os relatórios do ministério do trabalho diziam que tudo era normal (que era tudo tranquilo), o que acompanhava o trabalho do CEERT era essa parte mais ativista e também as formações sobre a temática gênero e raça para as Centrais Sindicais (a questão da Educação), o CEERT continua nessa rota, mas avança nas áreas de justiça racial, educação, saúde sempre com a intersecção com as políticas públicas, CEERT vai para a área da Educação, sobretudo, a partir de 1995 dá andamento a muitas formações para professores, e com isso se percebe que no país havia muitos professores trabalhando a questão de gênero e raça nas escolas, ainda não havia a Lei 10.639/2003, não havia a lei 10.639, mas o Movimento Negro já vinha com essa ação dentro da sala da aula, porque entende que a educação é um ponto importante para desenvolver (insistia na Educação como estratégia para reverter a situação do negro no Brasil (reverter a questão do preconceito)...”⁷

“... O Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) é uma organização não-governamental brasileira, fundada em 1990. A ONG declara oficialmente procurar garantir os direitos da população negra apoiando a luta pelo fim das desigualdades étnico-raciais e o preconceito existente. O CEERT desenvolve projetos que procuram facilitar à população negra ter acesso igual na justiça e no trabalho. A iniciativa do projeto veio de três pessoas, Hédio Silva Jr, Ivair Augusto Alves dos Santos e Maria Aparecida Silva Bento. Atualmente a ONG possui uma equipe de psicólogos, juristas, educadores, sociólogos, assistentes sociais e gestores de pessoal, que procuram promover e divulgar a ideia da inclusão racial. O trabalho é feito baseado em diagnósticos, passando por algumas etapas como a primeira sendo a elaboração e depois a implementação de programas que promovem a igualdade racial e a valorização da diversidade em sindicatos, escolas, empresas e órgãos públicos. Além do trabalho motivado por uma questão social, o CEERT é responsável por assessorar órgãos do governo, instituições privadas e movimentos sociais em formação política, capacitação do pessoal e produção de material didático.

A coordenadora executiva Maria Aparecida Bento iniciou sua carreira como professora da educação básica e depois como psicóloga organizacional em empresas, e logo depois entrou

⁷ SANTOS, Schirley. Apresentação do CEERT. São Paulo, 2018. Entrevista concedida a Sueli Alves dos Santos.

para o Conselho da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, como coordenadora de uma área que cuidava da discriminação racial no trabalho. Como co-fundadora acompanha **Hélio Silva Jr** e **Ivaír Augusto** como fundadores da instituição, os quais se juntaram com a ideia de combater o racismo... ”⁸

5-APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS-

Análise das Premiações – Breve Histórico

Através da análise das características principais das várias edições do Prêmio Educar para a Igualdade Social é possível identificar para além do histórico do prêmio em si e do desenvolvimento das práticas educativas voltadas para a questão das relações raciais em sala de aula, as estratégias de superação do racismo estrutural (Almeida, 2019) presente na sociedade brasileira e consequentemente da extrema desigualdade social que vítima a população negra e afro-descendente no Brasil, fazendo com que essa população seja privada de direitos sociais essenciais, tais como: educação, saúde e trabalho. Nas palavras de Sílvia Almeida:

“... o conceito de racismo estrutural exige de nós a compreensão do racismo não como um fenômeno conjuntural, não como uma anomia social ou patologia, como algo fora da normalidade como muitas vezes é visto e entendido pela maioria das pessoas. Entender que o racismo constitui as relações sociais no seu padrão de normalidade, ou seja, que o racismo é uma forma de racionalidade, que constitui não só as ações conscientes como também constitui as nossas ações inconscientes é o desafio proposto pelo conceito de racismo estrutural...” Ainda citando Almeida:

“... o racismo estrutural está ligado ao funcionamento “normal” das instituições sociais, pelas suas dimensões política, econômica e subjetiva, podemos identificar que constitui o padrão de normalidade das relações sociais no Brasil, onde não obstante ter uma maioria expressiva do contingente populacional formado por pessoas negras, fenômenos sociais como a violência que atinge a juventude negra, o alto índice de encarceramento da população negra, os altos índices de violência contra as mulheres negras e a falta de representatividade

⁸ Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_de_Estudos_das_Relacoes_de_Trabalho_e_Desigualdades>. Acesso em 12/02/2019.

negra nos espaços de poder são naturalizados socialmente, ou seja, não causam espanto ou indignação...”

Ser branco no Brasil é estar na normalidade, a exceção é ser negro, pois só o povo negro tem raça, esse pensamento do povo branco como referência de normalidade que está na base da ideologia da branquitude, reveladora da falta de alteridade e respeito com a população negra e toda a sorte de violências concretas e simbólicas de que somos vítimas.

Desta forma, é possível, através dessa análise, verificar a concretização de avanços políticos e sociais que são resultados das vitórias e conquistas das pautas presentes nas reivindicações dos movimentos sociais negros.

Como é expresso no prefácio da 2ª Edição do Prêmio Educar para Igualdade Racial, assinado pela professora e pesquisadora Dra. Eliane Cavalleiro, à época Coordenadora Geral da Diversidade e Inclusão Educacional:

“... ao longo do processo histórico brasileiro, poucas leis foram construídas com vistas a interferir incisivamente em dados da dinâmica social diretamente ligados a possibilidade de promoção da população negra brasileira, e no caso específico da educação, essa tendência à timidez pode ser percebida, por exemplo, no que foi acenado por uma lei brasileira datada de 1941 que proibia formalmente a veiculação de preconceito de raça ou cor por meio do livro didático. Trata-se, no limite, de uma das primeiras e raras manifestações do Estado brasileiro no tocante ao papel desempenhado pelo sistema de ensino na reprodução do racismo, do preconceito e da discriminação raciais... com efeito, muito antes das formulações da Frente Negra Brasileira, nos anos 1930, chegando à produção assinada pelos intelectuais negros contemporâneos, a educação, sempre ocupou lugar de destaque na agenda do Movimento Negro Brasileiro, desta forma é inconcebível, que o conhecimento sobre a diversidade humana seja excluído do currículo. Do mesmo modo é inaceitável que o ensino de história, de geografia, de literatura, artes, entre outras, não abarque a participação dos diferentes grupos formadores da nacionalidade brasileira, com destaque para a população negra...” (CAVALLEIRO, 2004/2005).

A primeira edição do Prêmio “Educar para a Igualdade Racial” foi realizada no ano de 2002, uma característica importante dessa edição inaugural do prêmio foi a de que não houve inscrições de professores dos estados do Acre, Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Roraima, Sergipe e Tocantins e houve um total de 210 práticas educativas inscritas, sendo 39

práticas da educação infantil, 70 do Ensino Fundamental I e 101 do Ensino Fundamental II, em porcentagem respectivamente 18,6%, 33,3% e 48,1% do total de 210 práticas educativas inscritas.

Em termos de análise estatística de números relativos à participação nas diferentes edições do Prêmio “Educar para a Igualdade Racial” é possível perceber a crescente importância do tema dentro das salas de aulas, reflexos de demandas sociais importantes colocadas pelos movimentos negros e avanço da discussão do racismo e da desconstrução de paradigmas como o da “Democracia Racial”.

Assim ao longo desses 17 anos de existência da premiação muitos avanços didáticos foram motivados pela existência do marco legal representado pela lei 10.639/2003 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB– Lei9. 394/1996), parâmetro legal que em seu artigo 26 institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras o que finalmente leva aos currículos a importância do conhecimento da diversidade humana e cultural constituintes da sociedade brasileira e a contribuição civilizacional essencial dos povos negros para nossa história, cultura, artes, literatura brasileira, entre outros.

“... Até a terceira edição (2006), a premiação contemplava apenas professores/as, e, a partir da quarta, passa também a contemplar a gestão de escola. Essa inovação foi introduzida porque a maioria dos/as professores/as entrevistados/as, embora ⁹identificassem vários impactos positivos do Projeto em suas vidas, tais como: maior visibilidade de suas ações, exposição positiva da escola em meios de comunicação e junto às próprias secretarias de educação, além do interesse em ingressar em pós-graduações, e dos impactos positivos de suas práticas na escola, tais como: melhoria do desempenho escolar; redução da evasão e ausências; maior respeito nas relações interpessoais; melhor relação da escola com mães e pais, entre outros, também identificavam aspectos negativos...”

O Projeto está agora em sua 7ª edição e mantém seus objetivos iniciais de identificar, difundir, reconhecer e apoiar boas práticas pedagógicas e de gestão escolar alinhadas com a garantia de uma educação de qualidade para todas e todos e, com a promoção, reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial e de gênero.

Nesta edição foram mantidas as premiações divididas em categorias: Categoria Professor, destinada a práticas pedagógicas realizadas por professores/as; e Categoria Escola, destinada a

escolas que realizem boas ações de gestão escolar que contribuam para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

As inovações ficam por conta da incorporação de gênero, agora “Educar para Igualdade Racial e de Gênero: experiências de promoção da igualdade em ambiente escolar”. Esta inovação abriu caminho para a inscrição de práticas pedagógicas que abordem a temática de gênero interseccionada a raça e etnia, como subcategoria da Categoria Professor.

“...Outra novidade diz respeito a criação de dois processos de inscrição no mesmo Projeto. Um definido como Universal e outro como Afirmativo. O primeiro visa assegurar a continuidade histórica do Educar para Igualdade premiando todas as etapas e modalidades da educação básica. E o segundo que busca conhecer um pouco mais sobre o fazer pedagógico e de gestão realizados por professores/as e gestores/as atuantes na modalidade Educação Escolar Quilombola. Objetiva-se fortalecer e difundir junto às escolas e seus profissionais, as orientações contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola que visam assegurar uma educação de e com qualidade para a população quilombola de todo país... ”¹⁰

Nesses 17 anos de existência do Prêmio “Educar para a Igualdade Racial” é possível identificar avanços metodológicos nas edições do prêmio que revelam o refinamento de critérios que possibilitam a premiação traçarem e dar visibilidade a diversidade de práticas educativas extremamente ricas que demonstram que muitos educadores e educadoras brasileiros não abrem mão da sua função precípua de intelectuais da educação. Além das inovações e aperfeiçoamentos que o Prêmio “Educar para a Igualdade Racial” foi estruturando para traçar um panorama real das práticas educativas de combate ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira e suas intersecções com as questões de gênero, educação quilombola, entre outros revelam o diálogo vivo, motivador que os intelectuais e formadores do CEERT conseguiram realizar através da instituição dessa importante premiação.

Importante também citarmos o banco de práticas educativas que foi sendo formado ao longo da rica trajetória histórica do prêmio um imenso acervo de prática educativa que deveram estar disponíveis no site do CEERT, então a partir da 7ª edição do prêmio o esforço dos

¹⁰ Excerto do texto do histórico do Projeto do Prêmio Educar para a Igualdade Racial. Disponível em: <<http://www.ceert.org.br/premio-educar>>. Acesso em: 02/02/2019.

pesquisadores do CEERT é disponibilizar todo o material didático e metodológico formado a partir das várias edições do prêmio no site da instituição, alguns números informados na página institucional do prêmio “Educar para a Igualdade Racial” dão uma rápida ideia da riqueza e diversidade de material didático que pode inspirar mais práticas educativas antirracistas tão importantes na nossa sociedade.

“... Do acúmulo proveniente das sete edições do Projeto Educar para a Igualdade Racial, alguns produtos e eventos surgiram como resultados:

9 publicações ilustradas (catálogos, livros, revistas), que atingiram aproximadamente 52.000 educadores/as de todo o país.

20 seminários regionais, realizados com professores e gestores, envolvendo diretamente 7.500 educadores, bem como acadêmicos e integrantes de movimento sociais;

12 vídeos de 15 minutos cada, com experiências de todas as regiões do país, no bloco Professor Nota 10, do projeto A cor da Cultura, do Canal Futura;

2 séries do programa televisivo Salto para o Futuro, da TVE do Rio de Janeiro;

40.000 reproduções de DVD´s, referentes à educação, com os seguintes temas: Experiências de Aprendizagem; Gestão e Famílias; Organização dos Espaços e Materiais; O Professor em Ação;

4 programas televisivos no Canal Futura...”¹¹

Não poderíamos terminar essa breve síntese das várias edições do Prêmio “Educar para Igualdade Racial” sem citar o maior educador brasileiro de todos os tempos.

Desta forma acreditamos que o Prêmio “Educar para a Igualdade Racial” cumpre um importante papel na sociedade ao colocar na pauta do dia a importância de práticas educativas antirracistas que através da educação constroem as mudanças sociais necessárias para a superação da desigualdade tão extrema existente no Brasil e possibilitando reais condições de promoção da igualdade racial, a partir do estímulo a implementação das políticas educacionais norteadas pela Lei 10639/2003.

¹¹ Excerto do texto do histórico do Projeto do Prêmio Educar para a Igualdade Racial. Disponível em: < <http://www.ceert.org.br/premio-educar>>. Acesso em: 02/02/2019.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Uma das principais lutas do Movimento Negro desde os anos 1960 no Brasil foi pelo reconhecimento da cultura africana e afro-brasileira nos currículos da Educação Brasileira. Luta essa que estava presente no advento da Constituição de 1988. Contudo pela baixa representatividade negra no Congresso naquele momento não houve grande repercussão a ponto de se tornar lei, assim como a legislação que abriu caminho para a lei contra o Racismo. Em 1990 é criado o CEERT:

“cuja missão principal deveria ser colaborar com o esforço de organização do povo negro e com as lutas por igualdade, justiça e democracia (...). Há exatas duas décadas temos conjugado produção de conhecimento e intervenção no campo da promoção da igualdade, com ênfase nas de natureza racial e de gênero (...). Mas a ação do CEERT não teria sido possível não fosse o crescimento vigoroso da luta do Movimento Negro, da consciência social sobre o racismo e da progressiva adoção de políticas públicas e programas corporativos de promoção da igualdade racial e de valorização da diversidade etnicorracial” (SILVA. 2010, p.11)

Ou seja, a criação da CEERT surge em um momento de efervescência das reivindicações do Movimento Negro logo após as lutas dos movimentos sociais na constituição de 1988 buscando a continuidade da luta dos movimentos negros no conjunto de suas reivindicações, sobretudo em relação a ações afirmativas que cresceram a partir dos anos 1990, sobretudo no ensino superior brasileiro.

De qualquer forma a luta pela inserção da cultura africana e afro brasileira nos currículos da educação fundamental era uma constante de luta da CEERT e do Movimento Negro em geral. Esta reivindicação ganha força a partir da segunda metade dos anos de 1990 com a Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, em Brasília e com o advento de um governo progressista mais comprometido com os movimentos sociais. O presidente Luis Inácio da Silva assina a lei 10639/03 em 2003, obrigando o a adoção do ensino de cultura africana e afro-brasileira nos currículos do ensino médio e fundamental em determinadas disciplinas.

A resistência a lei foi e tem sido enorme, pois não há monitoramento ou outros dispositivos de controle para a ampla aplicação da mesma, que não raro é renegada e sonogada pelo racismo ou até mesmo questões religiosas de docentes e dirigentes de escolas do ensino público e privado que pelas mesmas se recusam a aplicar a lei, indo contra a lei 10639/03 até mesmo a LDB de 1996 em sua alteração.

Desta forma, portanto se faz necessário o incentivo a aplicação da lei e neste sentido que a CEERT desenvolveu o Prêmio EDUCAR PARA A IGUALDADE RACIAL no sentido de trabalhar para a aplicação efetiva da lei 10639/03.

Este prêmio, além de incentivar práticas para a efetiva aplicação da lei 10639/03 e combate ao racismo institucional presente no meio escolar também vai contra assim o sistema de Violência Simbólica imposto pelo arbitrário cultural da educação hegemônica que ao reproduzir relações culturais, reproduz relações sociais.

Ou seja, incentivar a transformação de relações sociais a partir da mudança das relações culturais é um dos principais objetivos da própria lei 10639/03 que o prêmio EDUCAR para a igualdade racial trabalha.

Como vimos, o prêmio vem se aperfeiçoando de edição em edição, assimilando as reivindicações mais atuais do Movimento Negro em relação a lei 10639/03.

Em conclusão, o prêmio em si só não resolve todo o problema da não aplicação da lei 10639/03 que requer um monitoramento em nível de governo federal de sua aplicação, contudo, colabora efetivamente como modelo a ser seguido até mesmo em política pública para a aplicação efetiva da lei 10639/03.

BIBLIOGRAFIA:

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary G. **Relações Raciais na Escola: Reprodução de Desigualdades em Nome da Igualdade.** Brasília: UNESCO, INEP, **Observatório de Violência nas Escolas.** 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001459/145993por.pdf>>. Acesso em 12/02/2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PD4Ew5DIGrU/>>. Acesso em: 12/02/2019.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do século XX.** In: ROMÃO, Jeruse. **História da Educação dos negros e outras histórias** (Org.) Brasília, MEC/Secad, 2005, p. 79-92.

BOURDIEU, Pierre. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Petrópolis, Vozes, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0ahUKEwjfyJqmoaPPAhUEj5AKHfyvCnAQFggmMAE&url=http%3A%2F%2Fbd.camara.gov.br%2Fbd%2Fbitstream%2Fhandle%2Fbdcamara%2F15261%2Fconstituicao_federal_35ed.pdf%3Fsequence%3D9&usq=A FQjCNHs419NgvxcRGlpeUazMQ1Bntkddg&cad=rja Acesso em: 06 set. 2011. BRASIL. Lei 10.639 de 9 de Janeiro de 2003. D.O.U. 10 de Janeiro de 2003.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana.** Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.

_____. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: SECAD; SEPPPIR, junho, 2009.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** 3. Ed. – São Paulo: Contexto, 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** LANDER, Edgardo (org). ColecciónSurSur, CLACSO, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

MONTEIRO, Rosana Batista. **A educação para as relações étnico-raciais em um curso de Pedagogia: estudo de caso sobre a implantação da resolução CNE/CP 01/2004.** 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

MOURA.C. **Dialética Radical do Brasil Negro.** São Paulo: Editora Anita, p.85-152, 2014.

OLIVEIRA, Dennis (Org). **A luta contra o racismo no Brasil.** São Paulo. Ed. Forum,2017.

POLI, Ivan da Silva. **Pedagogia dos Orixás.** São Paulo. Ed Terceira Margem. 2015.

SILVA JR, Hédio.(Org) **Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial.**São Paulo Ed CEERT. 2010

APÊNDICE A - ENTREVISTAS

PESQUISA DE MATERIAIS E CONVERSA COM SHIRLEY DOS SANTOS – CEERT EM 14/11/2018 -ATIVIDADES: PESQUISA DO MATERIAL – REGISTROS CEERT

CEERT foi fundado em 1990, com a proposta de trabalhar gênero e raça no mercado de trabalho, com o objetivo de trabalhar principalmente com as centrais sindicais (formação/ análise das intersecção gênero e raça no mercado de trabalho)..entendendo que o homem negro e a mulher negra sempre estão em uma posição desfavorável/desigual no mercado de trabalho.

CEERT faz a denuncia da Convenção 111(convenção que fala que não pode haver discriminação de nenhuma forma no mercado do trabalho) – CEERT faz parte dos grupos que denunciam o Brasil na ONU.

Atuação na formação de gênero e Raça nas Centrais Sindicais, avanço nas áreas de Justiça Social, Educação, Saúde sempre na perspectiva de intersecção social de políticas públicas.

1995 inicia-se a formação para professores (atuação mais enfática na formação de professores), descoberta do trabalho de professores dentro da sala de aula que já abordavam a questão étnico-racial antes da existência da lei, muito em função das questões colocadas pelo movimento negro.

Dra Cida Bento trouxe a idéia de mapear no país as práticas educativas para a pontuação das práticas na Equidade Racial (o objetivo do prêmio era mapear as práticas que acontecem em sala de aulas), durante as várias edições do prêmio houve o aprimoramento do mapeamento (primeiro práticas docentes, depois inclusão do Gestor e da questão de gênero e por último da Educação Quilombola)

ENTREVISTA SHIRLEY – CEERT

DIA 14/11/2018 – TRANSCRIÇÃO

CONCEPÇÃO CEERT

Nasce em 1990 com a proposta de trabalhar gênero e raça no mercado de trabalho, principalmente junto aos movimentos sindicais, junto as centrais sindicais, onde o CEERT vai olhando os dados estatísticos nas relações de trabalho, observando as desigualdades nas

relações de trabalho impostas ao homem negro e a mulher negra, vai avançando nisso, faz a denúncia da Comissão 111, que diz que não pode haver discriminação nas relações de trabalho, o CEERT junto com as Centrais Sindicais denuncia o Brasil na ONU, pois os relatórios do ministério do trabalho dizia que tudo era normal (que era tudo tranquilo), o que acompanhava o trabalho do CEERT era essa parte mais ativista e também as formações sobre a temática gênero e raça para as Centrais Sindicais (a questão da Educação), o CEERT continua nessa rota, mas avança nas áreas de justiça racial, educação, saúde sempre com a intersecção com as políticas públicas, CEERT vai para a área da Educação sobretudo a partir de 1995 dá andamento a muitas formações para professores, e com isso se percebe que no país havia muitos professores trabalhando a questão de gênero e raça nas escolas, ainda não havia a Lei 10.639/2003, não havia a lei 10.639, mas o Movimento Negro já vinha com essa ação dentro da sala da aula, porque entende que a educação é um ponto importante para desenvolver (insistia na Educação como estratégia para reverter a situação do negro no Brasil (reverter a questão do preconceito). Lá para o ano de 2001 nasce o Prêmio Educar para Igualdade Racial, quem trouxe a idéia foi a Dra Cida Bento que estava nessa frente junto com os educadores e com o Movimento Negro e a proposta era mapear no país o que os professores estavam fazendo?, o que eles faziam para pontuar a questão da equidade racial? Já que havia a questão/ denúncia da falta de livros didáticos sobre o tema, então já fizemos sete edições do prêmio mapeando o Brasil inteiro, começamos com o foco só nos professores e depois estendemos a premiação para a gestão, porque houve uma pesquisa de avaliação e se descobre que muitos professores vão bem, mas que quando ele sai a prática enfraquece e acaba na escola, agora temos uma premiação praticamente completa (professores, gestão e traz agora a Educação Quilombola), foram durante as edições do prêmio aprimorando e incorporando a premiação diante das novas diretrizes trazidas pela Lei 10.639, e de novas diretrizes como a Educação Quilombola. A história do prêmio é essa, temos um banco de práticas, a premiação sempre é feita em dinheiro, depois de algumas premiações o CEERT começou a fazer acompanhamentos nas escolas, aqui em São Paulo para avaliar os desdobramentos e impactos do prêmio na escola e na comunidade escolar, que parte da formação era importante fazer na escola...

Em 2013 com a comemoração de 10 anos da Lei 10.639 o CEERT fez um balanço das práticas educativas sobre equidade racial, foi feito um balanço do prêmio, sobretudo em São Paulo, qual o perfil dos professores, qual a metodologia mais usada, dentro do acervo/banco de dados das práticas premiadas, nos últimos anos durante todas as edições forma

selecionadas 200 boas práticas e foi feita uma avaliação dessas práticas para que fossem selecionadas 10 práticas de excelência, em função de alguns critérios que foram criados, foi elaborada toda uma metodologia para chegar em 10 escolas que foram visitadas e foi observado como está a gestão, como estava a prática educativa e o seu impacto nas famílias, professores, gestores, famílias, foram feitos dez vídeos com as vozes de todos os atores envolvidos (alunos (as), professores (as), gestores e famílias), tiveram práticas que foram além das escolas, práticas que foram mais consolidadas ou continuaram a acontecer de maneira diferente da forma com a qual ganharam o prêmio. Uma constatação interessante nesse acompanhamento histórico das práticas premiadas foi a de que os professores responsáveis pelo desenvolvimento das práticas em sua maioria conseguiram avançar na vida acadêmica, muitos professores foram fazer mestrado, muitos mudaram de cargo/função profissional, foram para supervisão ou direção de escola, PR exemplo uma prática muito interessante desenvolvida em Mato Grosso do Sul, premiada na terceira edição, quando o CEERT volta para acompanhar os desdobramentos a professora havia se tornado diretora de outra escola, e aí é quando ela trabalha o tema de forma gestão, de maneira ampliada, então ao longo desses anos o CEERT vem sempre registrando, analisando e sistematizando nas suas publicações o que é Equidade Racial na área de Educação fazendo a reflexão “o que é Equidade Racial” na área de educação, do que a gente está falando, o que funciona nas práticas educativas, a gente sempre traz a conceituação nas publicações e o passo a passo das práticas e projetos desenvolvidos pelos professores, a gente vem desenvolvendo, ainda não desenvolvemos nossa oitava edição, em razão das mudanças políticas e econômicas no país, o prêmio depende de patrocinadores, é um prêmio custoso, mas o CEERT vem aprofundando a análise do que é uma gestão de Equidade, com textos e os vídeos feitos no processo de acompanhamento das 10 práticas selecionadas, a última edição do prêmio foi a sétima edição, o intervalo até a sétima edição era de dois anos, mas devido à dificuldade de captação de recursos esse intervalo de dois anos foi ampliado, além da dificuldade de captação de recursos (patrocínio), há a questão de que o CEERT tem muito material, e o objetivo agora é aprofundar a análise dessas práticas premiadas, o CEERT vai investir em elaborar textos para aprofundar as análises, e colocar no site os textos e vídeos elaborados a partir dessa análise mais profunda do banco de práticas.

A estrutura do CEERT tem uma estrutura de funcionários enxuta com 15 a 20 funcionários, fora isso o CEERT trabalha com consultores, que são acionados quando o CEERT tem um projeto mais específico, o forte do CEERT é a formação, o CEERT vem avançando no

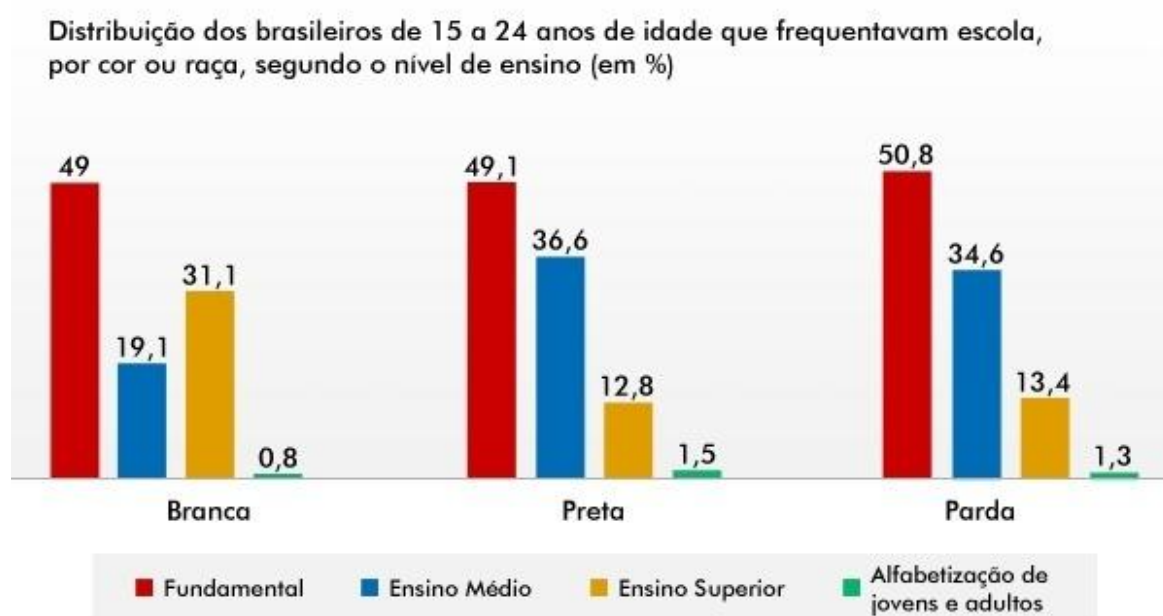
mercado de trabalho atuando nas empresas com formação institucional voltada para a questão de Desigualdade de Raça e Gênero, o CEERT vem trabalhando com um pacote, o CEERT tem uma metodologia para a reflexão sobre essa questão (as empresas recebem uma formação ampla onde a proposta é pensar a complexidade desse tema).

A rede pública estadual é o mais difícil para estabelecer projetos com o CEERT, a rede municipal de Educação contrata mais tanto o município de São Paulo, quanto outros municípios, a rede Estadual não busca formação/é muito difícil, estatisticamente o prêmio tem maior incidência no Ensino Fundamental I e II, a Educação Infantil começa muito frágil, pois a Educação Infantil é frágil no país, mas vem tendo sua participação ampliada e as práticas interessantes vêm sendo consolidadas na Educação Infantil, ou seja, ao longo das edições do prêmio a as práticas da Ed. Infantil vem avançando, o Ensino Fundamental não aumenta em quantidade, mas se percebe um aumento/avanço na qualidade das práticas apresentadas (inscrites), no Ensino Médio o número de práticas apresentadas é menor, mas sempre com uma qualidade grande/importante, ou seja, dessas 10 escolas selecionadas, 8 práticas foram investigadas em escolas do ensino médio, foi feito um olhar mais preciso nas escolas de ensino médio, para entender a questão da evasão escolar, até para problematizar a complexidade de questões como a evasão , até para pensar que escolas que contemplam práticas de ensino mais plurais, escolas que agregam diferentes culturas, sempre que as práticas são relatadas e acompanhadas como foi feito se percebe o aumento da aprendizagem dos alunos pelos índices avaliação como o IDEB (embora tenhamos que fazer uma discussão mais complexa desse sistema de avaliação) se percebe o aumento das médias e melhora da avaliação do IDEB, ou seja, conseguimos observar que com uma mudança nas práticas educativas, com projetos de práticas com mais equidade racial já se tem uma alteração de IDEB, que significa também uma alteração de cultura e de cotidiano, mas a escola tem que valorizar isso... fazer esse corte transversal e interdisciplinar no seu currículo tem que ter uma gestão que também esteja contemplando isso no seu corpo docente, nas suas ações como um todo para não virar no mês de novembro aquele grande evento, esse é o grande desafio da transformação, também é preciso pensar o quanto essa escola ou secretaria de educação ou aquela região investe na formação dos professores, mas já existe no Senso Escolar se os professores recebem formação na Lei 10.639, embora isso seja muito pouco, pois não há aprofundamento nessa questão do Senso, mas já é exigido que os professores tenham formação na Lei, mas o CEERT vem nessa rota do Prêmio Educar para Equidade Racial, mas o Estado continua sendo o grande entrave com a formação profissional e com a Evasão

Escolar, mas nos últimos anos temos mais organizações e o estudo e as proposições de outras ações voltadas para a complexidade das questões que envolvem o Ensino Médio estão estudando e propondo diferentes ações importantes, então o corpo do CEERT é um pouco isso, olhando para a educação o CEERT sempre está com os especialistas do país, o CEERT só tem 28 anos, então ele está nessa faixa de quem começou a discutir isso anos 80 continua pensando e refletindo sobre a educação no país, que são os especialistas e intelectuais do país quando o assunto é educação e relações raciais ou étnico racial, mas ainda temos uma vanguarda que não pára de atuar Dra. Petronilha, Dra. Nilma Dra. Cida Bento, Valter Silvério, devemos ter uns trinta nomes de intelectuais voltados para a questão da educação, embora já o quadro de intelectuais que reflete sobre a questão da educação para as relações étnico raciais está se desenvolvendo com jovens universitários (COPENE).

O CEERT vem ampliando o trabalho com a Educação Infantil e as práticas são as práticas selecionadas pelo Prêmio Educar para a Igualdade Racial.

ANEXO A: GRÁFICOS



Fonte:

https://www.google.com.br/search?q=graficos+sobre+a+desigualdade+na+educa%C3%A7%C3%A3o+no+brasil+entre+brancos+e+negros&newwindow=1&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi71Jzl16DfAhUEEpAKHTDfBvUQ_AUIDygC&biw=1366&bih=651#imgrc=0T2AFeGKAbiwGM: